

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.803 - MG
(2019/0194808-0)**

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : LUCIANO CUNHA DE LIMA
ADVOGADOS : RAFAEL MATOS DE MOURA - MG104624
HELICIO VALENTIM DE ANDRADE FILHO - MG051859
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. ARTS. 932, III, DO CPC/2015 E 253, PARÁGRAFO ÚNICO, II, C, DO RISTJ. OFENSA AO ART. 1.022, II, DO CPC/2015 RECONHECIDA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM, PARA ANÁLISE DAS QUESTÕES ARGUIDAS PELA PARTE AGRAVADA. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, O ALUDIDO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. A decisão ora agravada conheceu do Agravo, para dar parcial provimento ao Recurso Especial, interposto pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, parte ora agravada, para, reconhecendo a apontada ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, anular o acórdão referente aos Embargos de Declaração, a fim de que o Tribunal de origem se pronuncie, de maneira motivada e atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, sobre a alegada aplicabilidade das disposições legais suscitadas como omissas.

III. Interposto Agravo interno com razões que não impugnam, especificamente, o fundamento da decisão agravada – quanto à existência de omissão, no acórdão recorrido, apta ao reconhecimento da ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, indicada pelo ora agravado, nas razões de seu Recurso Especial –, não prospera o inconformismo, quanto ao ponto, em face da Súmula 182 desta Corte.

IV. É firme o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, "nos termos dos arts. 34, VII, e 253, parágrafo único, II, 'a' e 'b', do RISTJ, cabe ao Ministro relator conhecer do agravo a fim de negar provimento ou prover o recurso especial, sendo que a interposição do agravo interno e seu julgamento pelo colegiado sana qualquer ofensa ao princípio da colegialidade" (AgInt no AREsp 435.853/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 28/6/2019). Em igual sentido: STJ, AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 1.385.282/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 12/09/2019; EDcl no AgRg no REsp 1.188.501/SP, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/03/2014; REsp 1.655.428/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2017; AgInt no REsp 1.466.959/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/12/2017.

V. Agravo interno parcialmente conhecido, e, nessa extensão, improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer em parte do agravo interno e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora